

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

### **-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 12).-----**

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia 10 de Maio de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por maioria, com a abstenção do Vereador Pedro Machado, por não ter estado presente na mesma. -----

### **----- ORDEM DO DIA -----**

----- O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

#### **----- I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO-----**

##### **----- 1. DIVISÃO FINANCEIRA-----**

##### **----- SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----**

##### **----- 3. Pedido de isenção de taxas - “Tributo a Zeca Afonso”. -----**

#### **----- V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO -----**

----- 3. Pedido de apoio financeiro solicitado por Telmo João Mendes Pinão, atleta portador de deficiência, para aquisição de equipamento. -----

#### **----- VI. DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO -----**

##### **----- 2. Adesão ao Pacto de Autarcas -----**

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

### **----- PROPOSTAS-----**

### **----- INFORMAÇÕES-----**

### **----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----**

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara informou que não tinha sido apresentado nenhum recurso pelos concorrentes, pelo que se considera definitivamente adjudicada a empreitada do “Eixo Viário do Sistema Urbano do Vale – Carapinheira (Largo do Alhastro)” à empresa Construções Alberto Vasco, SA., pelo montante de 750.570,78 €, acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de 270 dias. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Informou que foi dirigido um pedido à Câmara Municipal, por parte da Embaixada da República da Guiné-Bissau, para encetarem diligências com vista à criação de uma geminação com Montemor-o-Velho. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- Parece-lhe tratar-se de uma situação decorrente da vontade clara da República da Guiné, de criar maiores vínculos e elos de ligação com Portugal. Os serviços municipais já estão a analisar as propostas que veiculam naquele documento, para ver qual o melhor encaminhamento a dar a este assunto. -----

----- Sugeriu à Dr.<sup>a</sup> Sandra Lopes que fizesse alguns contactos, sobretudo com ex-combatentes que estiveram na Guiné e que conhecem algumas das localidades que estão a ser propostas, para ver se tem algum ênfase.-----

----- Com esta ligação próxima com os estudantes que frequentam a Associação Diogo Azambuja (ADA) e com o aproveitamento da visita da Ministra da Juventude e do Concelho de Ministros da República de Cabo Verde, sugeriu que fosse articulado uma proposta de gemação, neste contexto, com Cabo Verde. -----

----- Estes dois objectivos podem não vir a ser duplamente satisfeitos, mas de qualquer forma deixa ao executivo estes “desafios”, para que possam depois levar por diante, caso se venha a verificar a sua fundamentação e a sua sustentabilidade. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

### **----- DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO -----**

----- **Primeira** – O Vereador Emilio Torrão informou que existe um problema de limpeza junto aos contentores do lixo no concelho, na medida em que, muitas das vezes, quando é feita a recolha de lixo, são deixados detritos e sujidade na via pública. Verifica-se que junto aos contentores do lixo, existe normalmente muita sujidade. -----

----- Pensa que se devia encontrar uma forma para que a ERSUC ou os serviços de recolha do lixo, possam comunicar com os serviços municipais de limpeza, no sentido de, quando surgirem situações, como já teve oportunidade de ver, em que os contentores ficam cheios, são colocados sacos ao lado desses contentores e o arrastamento desses deixa detritos na via pública, estes procedam à limpeza. Estes permanecem no local durante dois, três ou mais dias, até secarem. -----

----- Terão que avaliar esta situação no sentido de, caso seja viável, após a passagem do carro do lixo, passe uma brigada de limpeza, sendo que esta situação poderá acarretar custos para o Município, ou então que se promova um sistema de comunicação entre as duas entidades. -----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que, já tinha abordado por várias vezes este assunto, em reuniões tidas com os senhores Presidentes de Junta de que, logicamente que existe suporte para isso, quer jurídico quer financeiro, mas o pagamento que a Câmara Municipal está a fazer à ERSUC por cada tonelada de lixo recolhida,

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

começa a ter claramente um peso muito grande e portanto, solicita ao senhor Director de Departamento de Investimentos Municipais que formalize uma informação quanto à qualidade da prestação do serviço complementar da recolha, quer em termos da ambiência que fica, tal como foi ali registado pelo Vereador Emílio Torrão, quer das questões relacionadas com a lavagem e limpeza dos próprios contentores, para que se melhore este tipo de serviço. -----

----- Em relação ainda a esta matéria, julga que junto à Residencial “Burgo Medieval” se deveria substituir o contentor existente por três ou quatro contentores individuais, uma vez que tem ouvido sistematicamente queixas da parte de alguns residentes, pela confluência sistematizada da recolha desse lixo e por parte da exploração da unidade hoteleira. -----

----- Considera que a unidade hoteleira deve ter condições para poder manter uma imagem clara de salubridade e ao mesmo tempo de promoção e, portanto, solicita que estes pormenores sejam acertados. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

### **-----I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----**

#### **-----1-DIVISÃO FINANCEIRA -----**

#### **-----SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----**

#### **-----SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO-----**

#### **----- 1 – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO – 1.ª FASE -----**

#### **----- - AQUISIÇÃO DA TOTALIDADE DO LOTE 253 E PERMUTA COM O PROPRIETÁRIO DO LOTE 251 -----**

----- Foi presente uma informação do Gabinete Jurídico, que a seguir se transcreve:-----

----- “Declarada a utilidade pública (DUP) urgente da expropriação das parcelas consideradas necessárias à efectivação da construção do “CAR - Centro de Alto Rendimento – Ampliação da Pista de Remo/Centro Náutico-1ª Fase”, conforme consta do Despacho de 18 de Agosto de 2009 do Secretário de Estado da Administração Local, publicado através da Declaração (extracto) número 312/2009 no Diário da República, 2ª Série, número 170, de 2 de Setembro de 2009 iniciou a Câmara Municipal o processo de expropriação amigável com alguns dos proprietários dos terrenos necessários à obra. -----

----- Contudo, existem alguns interessados, que sempre mostraram a sua disponibilidade para colaborar com o Município, e que só não o fizeram prontamente porque as parcelas de terreno de que são proprietários aguardam um desfecho por parte da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural - Projecto Mondego. -----

----- Nesse contexto, foram agora entregues, por parte dos proprietários (Arlindo de Oliveira Monteiro e Rui de Oliveira Monteiro), os documentos necessários à celebração da

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

escritura de compra e venda da totalidade do lote 253, descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Velho sob o número 1743 e inscrito na respectiva matriz predial rústica sob o artigo 1963 da freguesia de Santo Varão, que perfaz um encargo total de 24 633€.

----- O lote 253 tem uma área total de 11 900m<sup>2</sup>, sendo que para a obra supra melhor identificada o Município apenas necessita de 5466m<sup>2</sup>.

----- Contudo, desde o início de todo este processo, os proprietários do lote 251, António Ferreira da Fonseca e Maria da Conceição Cavaleiro Bonito, prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Velho sob o número 1684 e inscrito na respectiva matriz predial rústica sob o artigo 1915 da freguesia de Santo Varão, manifestaram o seu interesse na permuta com a parcela sobrante do lote 253.

----- Assim, adquirindo a Câmara Municipal a totalidade do lote 253, poderá permutar 6434 m<sup>2</sup> com os proprietários do lote 251. Sendo que desse mesmo lote 251, o Município apenas necessitará de ocupar 5322 m<sup>2</sup>, ou seja, existe um diferencial de 1112 m<sup>2</sup> que os proprietários do lote 251 estão dispostos a pagar à Câmara Municipal pelo valor de 1768,08€ (1,59€/m<sup>2</sup>, valor apurado pelo perito e que tem sido pago aos proprietários pelo valor da aquisição do terreno).

----- Atendendo ao exposto, importa que o executivo municipal delibere, caso assim o considere, no sentido da:

----- - Aquisição da totalidade do lote 253 aos proprietários Arlindo de Oliveira Monteiro e Rui de Oliveira Monteiro;

----- - Subsequente permuta do lote 253 com o lote 251, com os proprietários António Ferreira da Fonseca e Maria da Conceição Cavaleiro Bonito;

----- - Venda de 1112m<sup>2</sup>, da parcela sobrante do lote 253, aos proprietários do lote 251, António Ferreira da Fonseca e Maria da Conceição Cavaleiro Bonito, pelo valor de 1768,08€.

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adquirir a totalidade do lote 253 aos proprietários Arlindo de Oliveira Monteiro e Rui de Oliveira Monteiro.

----- Mais deliberou proceder à permuta do lote 253 com o lote 251, com os proprietários António Ferreira da Fonseca e Maria da Conceição Cavaleiro Bonito e à venda de 1112m<sup>2</sup>, da parcela sobrante do lote 253, aos proprietários do lote 251, António Ferreira da Fonseca e Maria da Conceição Cavaleiro Bonito, pelo valor de 1.768,08€ (mil setecentos e sessenta e oito euros e oito cêntimos).

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.

----- **2 – CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- Foi presente uma informação do Gabinete Jurídico que a seguir se transcreve:-----

----- “Na sequência da informação nº 32 do Gabinete Jurídico, foram colhidos os pareceres da DDJTL e DECASF, tendo-se chegado à seguinte conclusão: -----

----- Com a publicação e consequente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro que veio desenvolver a Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro – Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto – importa informar que: -----

----- Está fora de questão que os Municípios podem, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apoiar as actividades de natureza desportiva e de interesse municipal. -----

----- Contudo, com a entrada em vigor da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro e o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro que vieram definir o novo quadro legal a que, em princípio, ficam sujeitos os apoios financeiros, materiais e logísticos que as autarquias locais podem conceder aos clubes e associações desportivos não profissionais, incluindo nestes apoios o direito de utilização de equipamentos desportivos públicos. -----

----- Antes da entrada em vigor do Decreto-lei 273/2009, de 1 de Outubro esta matéria era regulada pelo Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, que só sujeitava à celebração de contratos programa de desenvolvimento desportivo a concessão de participações financeiras e mesmo estas só ficavam sujeitas a esse regime desde que o seu montante ultrapassasse o valor legalmente estabelecido como limite da competência dos dirigentes dos serviços dotados de autonomia administrativa e financeira para a realização de obras e aquisição de serviços. Ou seja, até ao dia 1 de Novembro de 2009, data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 273/2009, só as participações financeiras de valor superior a 30.000 contos (149.639369€) concedidas pelas autarquias locais a clubes e associações desportivas não profissionais é que estavam sujeitas ao regime de celebração de contratos programa de desenvolvimento desportivo. A partir dessa data, todos os apoios financeiros, materiais e logísticos, incluindo o uso de equipamentos desportivos públicos, passaram a estar sujeitos ao regime de prévia celebração de contratos programa de desenvolvimento desportivo. -----

----- Assim, em face da noção de contrato programa de desenvolvimento desportivo definida no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, e embora se admita que poderá não ter sido intenção do legislador de generalizar a todo o tipo de apoio a conceder em termos desportivos, por uma questão de segurança, entende-se que doravante deverão ser

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

celebrados estes contratos programa tendo em vista a prossecução dos objectivos definidos no artigo 8.º do referido diploma:-----

----- a) Enquadrar a execução de programas concretos de promoção da actividade física e do desporto;-----

----- b) Fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução; -----

----- c) Permitir a intervenção e mutua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo; -----

----- d) Reforçar o sentido de responsabilidade dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas;-----

----- e) Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios são concedidos. -----

----- O programa de desenvolvimento desportivo objecto de apoio deve conter os elementos constantes do artigo 12.º do decreto-lei referido, nomeadamente:-----

----- a) Descrição e caracterização específica das actividades a realizar;-----

----- b) Justificação do programa, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades em causa e das provas, competições e eventos desportivos a realizar;-----

----- c) Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa; -----

----- d) Previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respectivos cronogramas ou escalonamentos;-----

----- e) Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecido pela entidade proponente para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras participações, financiamentos ou patrocínios e respectivas condições; -----

----- f) Identificação de quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definido a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades; -----

----- g) Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se os houver; -----

----- h) Calendário e prazo global de execução do programa de desenvolvimento desportivo; -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- i) Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa, se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade outorgante do contrato, bem como a definição da entidade responsável pela sua gestão e manutenção. -----

----- Nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do referido Decreto-Lei poderão não ser estabelecidas as contrapartidas a prestar pelo beneficiário do apoio, desde que fique a constar do respectivo clausulado as razões justificativas da inexistência de tal obrigação. -----

----- Este tipo de contratos terá de assumir a forma escrita e deverá, por força do artigo 27.º do referido diploma, ser publicado no Boletim Municipal e na página da internet do Município. -----

----- Assim, um contrato programa de desenvolvimento desportivo entrará em vigor na data da sua publicação no Boletim Municipal, de acordo com o n.º 1 do artigo 14.º, devendo a sua execução ser acompanhada pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 19.º do mesmo diploma. -----

----- Importa também referir que apenas beneficiarão de apoio as entidades que tiverem a sua situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social, nos termos do artigo 25.º." -----

----- Salvo melhor opinião, entendem os serviços que deverá o Município passar a celebrar contratos programa de desenvolvimento desportivo com vista a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como patrocínios desportivos, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro. Para o efeito, anexa-se minuta de contrato que se propõe. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que consta como documento anexo à presente acta sob o número um. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

### **----- 3 – PEDIDO DE CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL -----**

----- Foi presente uma informação do Gabinete Jurídico, que a seguir se transcreve: -----

----- "Na sequência da informação n.º 25/2010 GJ e analisados os elementos ora entregues, relativamente ao pedido de cessão de posição contratual apresentado, cumpre informar o seguinte: -----

----- Do contrato de cessão da posição contratual não consta nenhuma cláusula de assumpção de responsabilidade solidária entre cedente e cessionária, para execução do contrato firmado. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- Em consequência deverá ser prestada perante o Município, garantia bancária autónoma "on first demand", a qual substituirá a anteriormente prestada pela empresa inicialmente adjudicatária, agora cedente, preceituado exigível face ao estipulado nos artigos 89.º e 90.º do referido Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Em face do que antecede, é-se da opinião que a Câmara Municipal poderá pronunciar-se no sentido de autorizar a pretensão, ficando esta condicionada à alteração do contrato de cessão da posição contratual no qual deverá constar cláusula de assumpção de responsabilidade solidária entre cedente e cessionária, bem como à apresentação de documento comprovativo da prestação de garantia bancária, sob pena de revogação da deliberação. -----

----- Eis o que se nos oferece dizer sobre a questão submetida a apreciação." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a cessão da posição contratual, nos termos da informação dos serviços. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **4 – CENTRO EDUCATIVO DE MONTEMOR-O-VELHO** -----

----- **– AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços de teor seguinte: -----

----- "Objectivo: Aquisição de mobiliário escolar para: 3 Salas de Actividades JI, 2 Salas Polivalentes JI, 14 Salas de Aulas/Educação Plástica 1.º CEB, Biblioteca 1.º CEB, Sala de Trabalho, Gabinete de Atendimento, Sala de Trabalho e Instalações Sanitárias, conforme lista anexa. -----

----- Escolha do tipo de procedimento: -----

----- Em cumprimento da alínea a) do número um do artigo 20.º por convite art.º 112.º, do Dec-Lei n.º 18/2008 de 29/01 do Código dos Contratos Públicos Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, solicita-se autorização para a aplicação do procedimento de ajuste directo ao abrigo do regime geral, para execução do fornecimento acima referido. -----

----- Tendo em vista a definição do preço base conforme consta no art.º 47.º do referido CCP, para efeitos de início do procedimento, impõe-se que o valor deste procedimento não ultrapasse os € 72.948,00 + IVA, pelo que o preço a fixar no caderno de encargos deve ser esse, o qual se enquadra dentro dos limites previstos para o procedimento proposto. -----

----- O valor proposto encontra-se em condições de ser aceite, tendo em conta o tipo de fornecimento a realizar e os preços correntes do mercado. -----

----- Escolha das entidades a convidar: -----

----- De acordo com o estabelecido no artigo 113.º e n.º 1 do artigo 114.º do Código dos Contratos Públicos, poderão ser convidadas a apresentar propostas as seguintes empresas:



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- • Levira II, Comércio de Mobiliário Metálico, S. A. -----

----- • Jeromóvel, Lda. -----

----- • Nautilus – Ind. e Com. Mobiliário S.A. -----

----- • Tiago de Sousa & Filhos, Lda. -----

----- • WoodOne -----

----- • Equipex -----

----- Aprovação das Peças de procedimento: -----

----- Em anexo junta-se convite e caderno de encargos para aprovação pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da competência que lhe está cometida pelo artigo 68.º, n.º 1, alíneas f) e g) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o art.º 18.º n.º 1, alínea a) do Dec-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho. -----

----- Tal como estipulado no art.º 67.º e seguintes do CCP, deverá ser nomeado um júri para acompanhamento do procedimento, que poderá ser constituído por: -----

----- • Presidente – Filomena Maria Colaço Martins, Dr.<sup>a</sup> -----

----- • Vogal – Paulo Alexandre Rama Teixeira, Dr. -----

----- • Vogal – José Manuel Oliveira Correia Sousa -----

----- • 1.º Suplente – Célia Gariso, Dr.<sup>a</sup> -----

----- • 2.º Suplente – Anabela Portugal -----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, será efectuada a sua substituição pela ordem indicada. -----

----- Deverá ser delegado no júri do procedimento a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 ao art.º 69.º do CCP, com excepção da competência para a decisão de qualificação dos candidatos e para a decisão de adjudicação.” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar o despacho proferido pelo Presidente da Câmara. -----

----- Mais deliberou aprovar a constituição do júri para acompanhamento do procedimento, de acordo com a informação dos serviços. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **5 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR)** -----

----- - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS -----

----- - GINÁSIO + GABINETE MÉDICO -----

----- - PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS -----

----- - ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- Foi presente uma informação dos serviços de teor seguinte: -----

----- "Foi remetido a este serviço pelo GEP, em 21/05/2010, a informação com a documentação e especificações técnicas dos equipamentos, com vista ao lançamento a concurso do apetrechamento em epígrafe.-----

----- Dado que o preço base é de 116.706,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o procedimento a adoptar é o do concurso público, conforme o previsto na alínea b) do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Deve ainda a Câmara Municipal nomear o júri, nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 67.º do CCP, com o mínimo de 3 elementos, designando entre eles o Presidente, o que poderá ser constituído por: -----

----- Presidente – Luís Miguel Freitas Figueira Silva, Arq.º; -----

----- Vogal – Gonçalo Nuno Ferreira Cristo, Arq.º; -----

----- Vogal – Bruno Miguel Achando Silva Graça, Eng.º; -----

----- 1.º Suplente – Filomena Maria Colaço Martins, Dr.ª; -----

----- 2.º Suplente – Paulo Alexandre Rama Teixeira, Dr. -----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, será efectuada a sua substituição pela ordem indicada. -----

----- Deverá ser delegado no júri do procedimento a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 ao art.º 69.º do CCP, com excepção da competência para a decisão de qualificação dos candidatos e para a decisão de adjudicação." -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão, que apresentou a seguinte declaração de Voto: "Os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente, dado que a aquisição de material especializado, nada tem a ver com as posições assumidas anteriormente." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar o despacho proferido pelo Presidente da Câmara. -----

----- Mais deliberou aprovar a constituição do júri para acompanhamento do procedimento, de acordo com a informação dos serviços. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **6 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR)** -----

----- – FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS -----

----- – BALIZAGEM -----

----- – PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS -----

----- – ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- Foi presente uma informação dos serviços de teor seguinte: -----

----- "Foi remetido a este serviço pelo GEP, em 21/05/2010, a informação com a documentação e especificações técnicas dos equipamentos, com vista ao lançamento a concurso do apetrechamento em epígrafe.-----

----- Dado que o preço base é de 136.488,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o procedimento a adoptar é o do concurso público, conforme o previsto na alínea b) do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Deve ainda a Câmara Municipal nomear o júri, nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 67.º do CCP, com o mínimo de 3 elementos, designando entre eles o Presidente, o que poderá ser constituído por:-----

----- Presidente – Luís Miguel Freitas Figueira Silva, Arq.º;-----

----- Vogal – Gonçalo Nuno Ferreira Cristo, Arq.º;-----

----- Vogal – Bruno Miguel Achando Silva Graça, Eng.º;-----

----- 1.º Suplente – Filomena Maria Colaço Martins, Dr.ª;-----

----- 2.º Suplente – Paulo Alexandre Rama Teixeira, Dr.-----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, será efectuada a sua substituição pela ordem indicada.-----

----- Deverá ser delegado no júri do procedimento a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 ao art.º 69.º do CCP, com excepção da competência para a decisão de qualificação dos candidatos e para a decisão de adjudicação."-----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão, que apresentou a seguinte declaração de Voto: "Os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente, dado que a aquisição de material especializado, nada tem a ver com as posições assumidas anteriormente."-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar o despacho proferido pelo Presidente da Câmara.-----

----- Mais deliberou aprovar a constituição do júri para acompanhamento do procedimento, de acordo com a informação dos serviços.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- **7 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR)** -----

----- - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS -----

----- - SISTEMA DE CRONOMETRAGEM -----

----- - PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS -----

----- - ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- Foi presente uma informação dos serviços de teor seguinte: -----

----- "Foi remetido a este serviço pelo GEP, em 21/05/2010, a informação com a documentação e especificações técnicas dos equipamentos, com vista ao lançamento a concurso do apetrechamento em epígrafe.-----

----- Dado que o preço base é de 100.250,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o procedimento a adoptar é o do concurso público, conforme o previsto na alínea b) do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Deve ainda a Câmara Municipal nomear o júri, nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 67.º do CCP, com o mínimo de 3 elementos, designando entre eles o Presidente, o que poderá ser constituído por: -----

----- Presidente – Luís Miguel Freitas Figueira Silva, Arq.º; -----

----- Vogal – Gonçalo Nuno Ferreira Cristo, Arq.º; -----

----- Vogal – Bruno Miguel Achando Silva Graça, Eng.º; -----

----- 1.º Suplente – Filomena Maria Colaço Martins, Dr.ª; -----

----- 2.º Suplente – Paulo Alexandre Rama Teixeira, Dr. -----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, será efectuada a sua substituição pela ordem indicada. -----

----- Deverá ser delegado no júri do procedimento a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 ao art.º 69.º do CCP, com excepção da competência para a decisão de qualificação dos candidatos e para a decisão de adjudicação." -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão, que apresentou a seguinte declaração de Voto: "Os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente, dado que a aquisição de material especializado, nada tem a ver com as posições assumidas anteriormente." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar o despacho proferido pelo Presidente da Câmara. -----

----- Mais deliberou aprovar a constituição do júri para acompanhamento do procedimento, de acordo com a informação dos serviços. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **8 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR)** -----

----- **– FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS** -----

----- **– PLATAFORMA FLUTUANTE E BARCOS DE APOIO** -----

----- **– PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS** -----

----- **– ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO** -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- Foi presente uma informação dos serviços de teor seguinte: -----

----- "Foi remetido a este serviço pelo GEP, em 21/05/2010, a informação com a documentação e especificações técnicas dos equipamentos, com vista ao lançamento a concurso do apetrechamento em epígrafe.-----

----- Dado que o preço base é de 192.740,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o procedimento a adoptar é o do concurso público, conforme o previsto na alínea b) do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Deve ainda a Câmara Municipal nomear o júri, nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 67.º do CCP, com o mínimo de 3 elementos, designando entre eles o Presidente, o que poderá ser constituído por:-----

----- Presidente – Luís Miguel Freitas Figueira Silva, Arq.º;-----

----- Vogal – Gonçalo Nuno Ferreira Cristo, Arq.º;-----

----- Vogal – Bruno Miguel Achando Silva Graça, Eng.º;-----

----- 1.º Suplente – Filomena Maria Colaço Martins, Dr.ª;-----

----- 2.º Suplente – Paulo Alexandre Rama Teixeira, Dr.-----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, será efectuada a sua substituição pela ordem indicada.-----

----- Deverá ser delegado no júri do procedimento a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 ao art.º 69.º do CCP, com excepção da competência para a decisão de qualificação dos candidatos e para a decisão de adjudicação."-----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão, que apresentou a seguinte declaração de Voto: "Os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente, dado que a aquisição de material especializado, nada tem a ver com as posições assumidas anteriormente."-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos.-----

----- Mais deliberou aprovar a constituição do júri para acompanhamento do procedimento, de acordo com a informação dos serviços.-----

----- **9 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR)** -----

----- - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS -----

----- - MOBILIÁRIO ESPECÍFICO -----

----- - PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS -----

----- - ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----

----- Foi presente uma informação dos serviços de teor seguinte: -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- “Foi remetido a este serviço pelo GEP, em 21/05/2010, a informação com a documentação e especificações técnicas dos equipamentos, com vista ao lançamento a concurso do apetrechamento em epígrafe.-----

----- Dado que o preço base é de 84.124,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o procedimento a adoptar é o do concurso público, conforme o previsto na alínea b) do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Deve ainda a Câmara Municipal nomear o júri, nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 67.º do CCP, com o mínimo de 3 elementos, designando entre eles o Presidente, o que poderá ser constituído por: -----

----- Presidente – Luís Miguel Freitas Figueira Silva, Arq.º; -----

----- Vogal – Gonçalo Nuno Ferreira Cristo, Arq.º; -----

----- Vogal – Bruno Miguel Achando Silva Graça, Eng.º; -----

----- 1.º Suplente – Filomena Maria Colaço Martins, Dr.ª; -----

----- 2.º Suplente – Paulo Alexandre Rama Teixeira, Dr. -----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, será efectuada a sua substituição pela ordem indicada. -----

----- Deverá ser delegado no júri do procedimento a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 ao art.º 69.º do CCP, com excepção da competência para a decisão de qualificação dos candidatos e para a decisão de adjudicação.” -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão, que apresentou a seguinte declaração de Voto: “Os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente, dado que a aquisição de material especializado, nada tem a ver com as posições assumidas anteriormente.” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar o despacho proferido pelo Presidente da Câmara. -----

----- Mais deliberou aprovar a constituição do júri para acompanhamento do procedimento, de acordo com a informação dos serviços. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

### **----- SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS-----**

#### **----- 1 – DÍVIDA DE TERRADO DA FEIRA QUINZENAL -----**

##### **----- – MANUEL GARCIAS EMÍDIO -----**

----- Foi presente um requerimento de Manuel Garcias Emídio, a solicitar que o pagamento da dívida pela ocupação do Lote D 6 e 7 do Terrado da Feira Quinzenal, no valor de 86,24€, referente à 2.ª metade do 1º. Semestre de 2010, possa ser efectuada sem

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## **Reunião ordinária de 2010 de Maio 24**

agravamento, alegando que esteve doente nos últimos 3 meses e de não ter feito nenhuma feira. -- -----

----- Os serviços prestaram uma informação, onde referem que apesar do feirante alegar que se encontrava doente isso não o impedia de proceder à liquidação, uma vez que os feirantes usufruem de 3 modalidades de pagamento: -----

----- - Pagamento por Multibanco-----

----- - Pagamento por cheque bancário-----

----- - Pagamento na Tesouraria da Câmara.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o pagamento de 86,24€ de dívida do terrado da feira quinzenal, de Manuel Garcias Emídio, referente à 2.ª metade do 1º. Semestre de 2010, sem agravamento, pelos motivos atrás mencionados, a título excepcional. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **2 – DÍVIDA DE TERRADO DA FEIRA QUINZENAL** -----

----- **- PATROCÍNIA AZEVEDO CARVALHO DAS NEVES** -----

----- Foi presente um requerimento de Patrocínia Azevedo Carvalho das Neves, a solicitar que o pagamento da dívida pela ocupação do Lote I 4 do Terrado da Feira Quinzenal, no valor de 40,43€, referente à 2.ª metade do 1º. Semestre de 2010, possa ser efectuado sem agravamento, alegando que sofre de esclerose múltipla e esteve doente desde o dia 1 de Fevereiro até ao dia 30 de Abril de 2010. -----

----- A feirante enviou um cheque para proceder ao pagamento, o qual deu entrada na Câmara no dia 18 de Abril do corrente ano. -----

----- Os serviços prestaram uma informação, que o pagamento do terrado sem agravamento era até ao dia 10 de Abril de 2010 e referem que apesar do feirante alegar que se encontrava doente, isso não o impedia de proceder à liquidação, uma vez que os feirantes usufruem de 3 modalidades de pagamento: -----

----- - Pagamento por Multibanco-----

----- - Pagamento por cheque bancário-----

----- - Pagamento na Tesouraria da Câmara.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o pagamento de 40,43€ de dívida do terrado da feira quinzenal, de Patrocínia Azevedo Carvalho das Neves, referente à 2.ª metade do 1º. Semestre de 2010, sem agravamento, pelos motivos atrás mencionados, a título excepcional. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

### **----- 3 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS - “TRIBUTO A ZECA AFONSO” -**

----- Foi presente uma informação dos serviços dando conta de que o Atlético Clube Montemorense, com sede na Urbanização das Lages, Lote 9 R/C – E, freguesia e concelho de Montemor-o-Velho, solicita isenção de taxas, devidas pela emissão de Licença de Ocupação da Via Pública, para a realização do espectáculo “Tributo a Zeca Afonso”, no dia 09 de Junho do corrente ano, das 21h30 às 24h00. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a isenção do pagamento de taxas de ocupação de via pública, nos termos da alínea a), n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, ao Atlético Clube Montemorense, para a realização do espectáculo “Tributo a Zeca Afonso”. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

### **----- TESOURARIA -----**

#### **----- 1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 21 de Maio do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 1.349.276,95 € (um milhão trezentos e quarenta e nove mil duzentos e setenta e seis euros e noventa e cinco cêntimos) e em Operações de Tesouraria de 362.742,47€ (trezentos e sessenta e dois mil setecentos e quarenta e dois euros e quarenta e sete cêntimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

#### **----- 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS-----**

##### **----- SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----**

##### **----- SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS -----**

##### **----- SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----**

#### **----- II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----**

##### **----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA-----**

##### **----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----**

##### **----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----**

----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre o dia 10 e o dia 23 de Maio do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois).

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

##### **----- 2 – PROPOSTA DE CEDÊNCIA DE UMA ÁREA DE 78,00M², PARA ----**

##### **----- DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, NO PEDIDO DE -----**

##### **----- LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO -----**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- UNIFAMILIAR, ANEXOS E MURO, REQUERIDO POR ANA SOFIA --  
----- DOS SANTOS COUTINHO, PARA O LUGAR DE RELVAS, -----  
----- FREGUESIA DE MEÃS DO CAMPO-----

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado da informação DOT nº083-RS/2010, de 04/05/2010, a sugerir que a Câmara delibere no sentido de aceitação de uma cedência de 78 m2, conforme planta de implantação apresentada a folha nº. 27 do processo de obras nº. 185/2009, atendendo a que tal área passará a integrar o domínio público municipal. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que a Bancada do Partido Socialista vota favoravelmente, de acordo com o parecer técnico. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aceitar a cedência proposta, devendo a requerente tratar adequadamente o espaço a ceder. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **3 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS REFERENTE A -**  
----- **PEDIDO DE CERTIDÃO – PROC. N.º 50/2010, REQUERIDO POR ---**  
----- **HENRIQUE CARDOSO FERREIRA-----**

----- Foi presente o pedido referido em epígrafe, acompanhado de uma informação da DECAF, onde é confirmado as condições económicas da família e é proposto a isenção do pagamento da taxa solicitada. -----

----- A pretensão tem enquadramento na alínea b) do nº 2 do artº 6º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor, por se tratar de pessoas de comprovada insuficiência económica. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação prestada pelos Serviços, deliberou por unanimidade isentar de taxas o Município em causa para a emissão da certidão requerida. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **4 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS REFERENTE A -**  
----- **PEDIDO DE CERTIDÃO – PROC. N.º 49/2010, REQUERIDO POR ---**  
----- **ANA CRISTINA SOUSA ALMEIDA-----**

----- Foi presente o pedido referido em epígrafe, acompanhado de uma informação da DECAF, onde é confirmado as condições económicas da família e é proposto a isenção do pagamento da taxa solicitada. -----

----- A pretensão tem enquadramento na alínea b) do nº 2 do artº 6º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor, por se tratar de pessoas de comprovada insuficiência económica. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação prestada pelos Serviços, deliberou por unanimidade isentar de taxas a Múncipe em causa para a emissão de certidão. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **5 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS REFERENTES A**  
----- **PEDIDO DE FORNECIMENTO DE CÓPIAS E DE CERTIDÃO, -----**  
----- **REQUERIDA POR MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS SILVA E**  
----- **ANTÓNIO CLARO SILVA -----**

----- Foi presente o pedido referido em epígrafe, acompanhado de uma informação da DECAF, onde é confirmado as condições económicas da família e é proposto a isenção do pagamento das taxas solicitadas. -----

----- Consta ainda uma informação do DAF e do DOT, que informa que a pretensão tem enquadramento na alínea b) do nº 2 do artº 6º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor, por se tratar de pessoas de comprovada insuficiência económica. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base na informação prestada pelos Serviços, deliberou por unanimidade isentar de taxas os Múncipes em causa, para o fornecimento das cópias autenticadas e da certidão. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **6 – PEDIDO DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA PARA OBRAS DE -----**  
----- **CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, -----**  
----- **ANEXO E MURO, REQUERIDO POR CRISTINA PINTO MONTEIRO, -**  
----- **PARA O LOTE 22 DA QUINTA D. TEODORA, FREGUESIA DE -----**  
----- **PEREIRA – PROC. N.º 27/10 -----**  
----- **– ALTERAÇÃO DE PORMENOR -----**

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado da informação DOT nº 52-JC/2010, indicando que a área de construção proposta é de 266,57 m2, sendo que a proposta do loteamento é de 260 m2, traduzindo-se numa variação de 2.52%. -----

----- No entanto tal variação de área não ultrapassa o limite dos 3% previsto no nº 8 do artº 27º do Dec-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 177/01, de 4 de Junho, podendo tal alteração ser aprovada por simples deliberação da Câmara Municipal, com dispensa de quaisquer outras formalidades. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que, os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente, de acordo com o parecer técnico. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração de pormenor em causa, uma vez que é uma situação prevista na lei, conforme informação prestada pelos Serviços. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

### **----- 7 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E DA URBANIZAÇÃO -----**

-----O presente ponto foi retirado e será presente numa próxima reunião de Câmara. -----

#### **-----1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL-----**

#### **-----2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL -----**

#### **-----SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE -----**

#### **-----III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS -----**

#### **-----1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS -----**

#### **----- 1 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS, ARRUAMENTOS E CAMINHOS MUNICIPAIS: FREGUESIA DE CARAPINHEIRA E ---- TENTÚGAL -----**

#### **----- - ANÁLISE DA PROPOSTA/ADJUDICAÇÃO-----**

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de 26 de Abril do corrente ano, foi convidado a apresentar proposta nos termos da alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro a empresa A.M. Cacho & Brás, Lda. -----

----- O preço base do procedimento é de 22.000,00€ sendo o prazo de execução de 30 dias.-----

----- A referida empresa apresentou proposta na plataforma electrónica no valor de 21.950,21 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Após análise da proposta apresentada, verifica-se que a mesma está devidamente instruída e em condições de ser aceite. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Adjudicar a empreitada em epígrafe à firma A.M. Cacho & Brás, Lda. pelo montante de 21.950,21 € (vinte mil novecentos e cinquenta euros e vinte e um cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de trinta dias e aprovar a minuta do contrato. -----

----- Dois – Que a firma apresente os documentos de habilitação constantes da cláusula 14ª do Caderno de Encargos no prazo de 10 dias, sob pena de caducidade da adjudicação. -----

----- Três - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- 2 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR):-----  
----- FASE E UP33 CICLOVIA (APENAS ESTRUTURA METÁLICA DAS ----  
----- PONTES), UP 42 ILHAS (APENAS ESTRUTURA METÁLICA DA -----  
----- PONTE) E UP51 EDIFÍCIO (APENAS ESTRUTURA METÁLICA -----  
----- EXTERIOR) – ERROS E OMISSÕES -----  
----- – ANÁLISE DA PROPOSTA/ADJUDICAÇÃO-----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de 26 de Abril do corrente ano, foi convidado a apresentar proposta nos termos da alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro a empresa Manuel Rodrigues Gouveia, S.A. -----

----- O preço base do procedimento é de 14.600,00€ sendo o prazo de execução de 15 dias.-----

----- A referida empresa apresentou proposta na plataforma electrónica no valor de 14.580,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Após análise da proposta apresentada, verifica-se que a mesma está devidamente instruída e em condições de ser aceite.-----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista votam desfavoravelmente, em conformidade com a posição dos Vereadores do Partido Socialista assumida em anterior mandato.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor dos Vereadores da Coligação Montemor Sempre, o seguinte: -----

----- Um – Adjudicar os trabalhos em epígrafe à firma Manuel Rodrigues Gouveia, S.A. pelo montante de 14.580,00 € (catorze mil quinhentos e oitenta euros) acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de quinze dias.-----

----- Dois – Dispensar a celebração de contrato escrito ao abrigo da alínea d) do nº 1 do artigo 95º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. -----

----- Três - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- 3 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR): -----  
----- FASE H - UP62 (TORRE) -----  
----- - LEVANTAMENTO DA SUSPENSÃO DE TRABALHOS -----

----- Foi presente uma informação dos serviços acompanhada do programa de trabalhos, mão-de-obra, equipamentos e cronograma financeiro, apresentados pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epígrafe, referindo que estes estão em condições de serem aceites e ajustados ao reinício dos trabalhos.-----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- Mais informavam que, o levantamento da suspensão de trabalhos foi autorizado por despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara de 17/05/2010.-----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista se abstêm, em conformidade com a posição assumida anteriormente.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor dos Vereadores da Coligação Montemor Sempre, aprovar o programa de trabalhos, mão-de-obra, equipamentos e cronograma Financeiro.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **4 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR):** -----

----- **FASE H - UP62 (TORRE)** -----

----- **- ALTERAÇÃO AO PROJECTO DE FUNDAÇÕES** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços a informar que o empreiteiro da obra em epígrafe tinha solicitado uma alteração ao projecto de fundações, nomeadamente ao artigo 2 – Fundações: artigo 2.1 - Maciço de Encabeçamento e artigo 2.2 – Estacaria, por nova solução (Fundações – Estacaria – Pré-Fabricadas e Maciço de Encabeçamento adaptado à nova solução), o qual optimiza tempo e recursos.-----

----- Mais informam que se trata de uma boa solução que apenas diferencia da primeira do ponto de vista técnico e não implica custos adicionais ao preço-contratual. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista se abstêm, em conformidade com a posição assumida anteriormente.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou maioria, com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor dos Vereadores da Coligação Montemor Sempre, concordar com a informação dos serviços e autorizar a alteração ao projecto, do artigo 2 – Fundações (artigos 2.1 e 2.2), sem custos adicionais para o dono da obra.-- -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **5 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR):** -----

----- **FASE V (VALA DA COVA)**-----

----- **- PROGRAMA DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIROS**

----- **DEFINITIVOS** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços acompanhada do Plano de Trabalhos, Cronograma Financeiro definitivos, apresentados pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epígrafe, referindo que estes estão em condições de serem aceites. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista se abstêm, em conformidade com a posição assumida anteriormente.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor dos Vereadores da Coligação Montemor Sempre, aprovar o Programa de Trabalhos e Cronograma Financeiro definitivos.---

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **6 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS** -----

----- **POVOAÇÕES: FREGUESIA DE SANTO VARÃO** -----

----- **(URBANIZAÇÃO DA LUZ)**-----

----- **– PONTO DE SITUAÇÃO DA OBRA**-----

----- Foi presente uma informação dos serviços sobre o ponto de situação da empreitada em epígrafe (documento anexo à presente acta sob o número três).-----

----- Usou da palavra o Director de Departamento de Investimentos Municipais que prestou alguns esclarecimentos sobre este assunto.-----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista tinham algumas dúvidas em relação a este assunto, mas com a explicação do Director de Departamento de Investimentos Municipais, verificam que existem duas opções, que não podiam avaliar porque efectivamente não tinham dados para saber qual é a melhor. Assim, ou os Serviços propõem uma solução concreta para ser apreciada, ou então, continuam na mesma, pois não vão tomar uma posição tendo em conta dados “imaginários”.-----

----- Pretendiam também perceber a quem são imputados estes custos. Pelo que tinham percebido o procedimento ou os trabalhos não se iniciaram, porque foi vedada a entrada ao empreiteiro pela proprietária do empreendimento. Se alguém criou dificuldades ou obstaculizou a que a obra se iniciasse, terá que ser responsabilizada, pois para tomar uma atitude destas teria que ter fundamento.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Que os Serviços apurem o valor da indemnização em cada uma das opções constantes da informação acima referida.-----

----- Dois – Que o Gabinete Jurídico se pronuncie sobre esta situação, bem como a atitude manifestada pelo promotor do loteamento, tendo presente a informação da Fiscalização que consta do processo.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **7 – CEMITÉRIO MUNICIPAL – ARRANJOS INTERIORES**-----

----- **- PROGRAMA DE TRABALHOS E CRONOGRAMA**-----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

### ----- FINANCEIROS DEFINITIVOS -----

----- Foi presente uma informação dos serviços acompanhada do Plano de Trabalhos, Cronograma Financeiro definitivos, apresentados pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epígrafe, referindo que estes estão em condições de serem aceites. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Programa de Trabalhos e Cronograma Financeiro definitivos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### ----- 2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS -----

#### ----- 1 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DAS REDES -----

##### ----- - RUA DO SERRADO PAIXÃO EM PEREIRA: -----

##### ----- ESTAÇÃO ELEVATÓRIA E CÂMARA DE RETENÇÃO -----

##### ----- - ANÁLISE DA PROPOSTA/ADJUDICAÇÃO -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de 26 de Abril do corrente ano, foram convidados a apresentar proposta para a empreitada em epígrafe os concorrentes Ernesto Alves Pinto & C<sup>a</sup>, Lda., José Marques Grácio, S.A. e Domingos Góis Simões & Filhos, Lda. -----

----- Apenas apresentou proposta na plataforma electrónica o concorrente Ernesto Alves Pinto & C<sup>a</sup>, Lda., no valor de 27.980,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Após análise da única proposta apresentada, verifica-se que a mesma está devidamente instruída e em condições de ser aceite, não se vendo necessidade de solicitar ao concorrente quaisquer esclarecimentos, bem como efectuar audiência prévia. -----

----- Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um - Adjudicar a empreitada em epígrafe à firma Ernesto Alves Pinto & C<sup>a</sup>, Lda., pelo montante de 27.980,00 € (vinte e sete mil novecentos e oitenta euros) acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de quarenta e cinco dias e aprovar a minuta do contrato. -----

----- Dois - Que a firma apresente os documentos de habilitação constantes da cláusula 14<sup>a</sup> do Caderno de Encargos no prazo de 10 dias, sob pena de caducidade da adjudicação. -----

----- Três - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

#### ----- 2 - PROLONGAMENTOS E LIGAÇÕES DA REDE DE ESGOTOS -----

##### ----- - COLECTOR DE SANEAMENTO EM MEÃS -----

##### ----- - ANÁLISE DA PROPOSTA/ADJUDICAÇÃO -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de 26 de Abril do corrente ano, foi convidado a apresentar proposta nos termos da alínea a) do artigo 19º do

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro a empresa Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, S.A.-----

----- O preço base do procedimento é de 12.000,00€ sendo o prazo de execução de 30 dias.---

----- A referida empresa apresentou proposta na plataforma electrónica no valor de 11.807,25 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Após análise da proposta apresentada, verifica-se que a mesma está devidamente instruída e em condições de ser aceite.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Adjudicar a empreitada em epígrafe à firma Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, S.A. pelo montante de 11.807,25 € (onze mil oitocentos e sete euros e vinte e cinco cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de trinta dias e aprovar a minuta do contrato. -----

----- Dois – Que a firma apresente os documentos de habilitação constantes da cláusula 14ª do Caderno de Encargos no prazo de 10 dias, sob pena de caducidade da adjudicação. -----

----- Três - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### **----- IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----**

#### **----- 1 – REGIME DE FRUTAS ESCOLARES -----**

----- O Vereador Pedro Machado deu conhecimento de uma informação dos Serviços de Educação, que a seguir se transcreve: -----

----- “A Portaria n.º 1.242/2009 de 12 de Outubro (anexo) institui o Regime de Frutas Escolares (RFE). -----

----- Assim, a presente portaria, em complementaridade com a Estratégia Nacional do Regime de Frutas Escolares, propõe-se contribuir para a promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens. -----

----- Este RFE aplica-se nos estabelecimentos de ensino público aos alunos que frequentam o 1.º ciclo dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e está sujeito à aplicação de medidas de acompanhamento conforme o disposto no artigo 7.º do Regulamento do Regime de Fruta Escolar.-----

----- Neste sentido e atendendo a que foi disponibilizada ao Município de Montemor-o-Velho, uma verba no montante de 898.28€ (anexo), esta será para implementar uma das medidas impostas. -----



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- Assim, propõe-se a aquisição de um pequeno vaso com sementes conforme previsto na alínea e) do Anexo II do Regulamento supra referido (anexo), prevendo-se um custo no montante global de 800€. -----

----- Informamos ainda que o Município de Montemor está obrigado a desenvolver esta medida de acompanhamento para conseguir obter o financiamento." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a aquisição de vasos com sementes, conforme previsto na alínea e) do Anexo II do Regulamento supra referido e que consta como documento anexo à presente acta sob o número quatro, no montante global de 800€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Esta deliberação foi aprovada e minuta para surtir efeitos imediatos. -----

### **----- 2 – PEDIDO DE VENDA DE PUBLICAÇÕES E OUTRO MATERIAL -----**

#### **----- PROMOCIONAL -----**

----- A Vereadora Alexandra Ferreira deu conhecimento de que foi demonstrado o interesse por alguns estabelecimentos comerciais do concelho, em terem no seu estabelecimento, para venda ao público, as edições e postais promovidos ou apoiados pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, por via de consignação. -----

----- Como é evidente, seria de todo o interesse para esta Câmara Municipal a divulgação do Concelho e do que se vai escrevendo sobre ele. Neste sentido, tendo por base o modelo adoptado com a Livraria do CAE, na Figueira da Foz, poderia proceder-se à venda das referidas publicações. -----

----- No entanto, propõe que esta cooperação tenha as seguintes condições: -----

----- - serem entregues 2 exemplares por cada obra, de cada vez; -----

----- - deverá haver acerto de contas quando se proceder à reposição de stock ou, quando esta situação não se verificar no prazo de três meses, trimestralmente; -----

----- - para minimizar os custos de distribuição por parte dos comerciantes, os livros terão um desconto de 10% sendo que o preço de venda ao consumidor final, é igual ao praticado pela Autarquia. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a venda de publicações e outro material promocional, de acordo com o atrás exposto. -----

### **----- 3 – GRUPO CÉNICO AMADOR DA PORTELA -----**

#### **----- – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----**

----- A Vereadora Alexandra Ferreira propôs a atribuição de um subsídio no valor de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros) ao Grupo Cénico Amador da Portela, para fazer face a despesas com o “III Concurso de Vinhos”, que se realizou no passado dia 16 de Maio do corrente ano. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros) ao Grupo Cénico Amador da Portela. -----

### **----- 4 – APOIO FINANCEIRO AO CENTRO CULTURAL, RECREATIVO ----**

#### **----- E DESPORTIVO DE VERRIDE -----**

----- O Vereador Pedro Machado deu conhecimento de que o Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Verride, solicitou um pedido de apoio financeiro, para colmatar despesas de limpeza, electricidade e material de desgaste, no âmbito do Programa de generalização do ensino de inglês no 1.º CEB e outras actividades de enriquecimento curricular. -----

----- Mais informou que os 25 alunos matriculados nos quatro anos de escolaridade da EB1 de Verride, na valência de actividade física e desportiva do Programa de generalização do ensino de inglês no 1. CEB e outras actividades de enriquecimento curricular, utilizaram parte das instalações do referido Centro três vezes por semana (aulas de 45 minutos) ao longo do ano lectivo transacto, pelo que propõe a atribuição de um apoio no valor de 1.000€ (mil euros), ao Cultural, Recreativo e Desportivo de Verride.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um apoio no valor de 1.000€ (mil euros), ao Cultural, Recreativo e Desportivo de Verride, para fazer face a despesas de limpeza, electricidade e material de desgaste, no âmbito do Programa de generalização do ensino de inglês no 1.º CEB e outras actividades de enriquecimento curricular. -----

### **----- 5 – COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA -----**

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que se comemora este ano o centenário de um marco da História de Portugal, nomeadamente, a implantação da República, que ocorreu a 5 de Outubro de 1910. De forma a assinalar este acontecimento, os serviços preparam um programa de comemorações, a decorrer em alguns dos momentos mais marcantes, que na época expressaram a adesão de Montemor-o-Velho ao novo regime político, bem como as transformações que decorreram no Concelho, em virtude das alterações nacionais. -----

----- Assim propunha a aprovação da proposta de programa, bem como a previsão dos respectivos custos da iniciativa acima referida.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta de programa e respectivos custos, da iniciativa “Comemorações da República – 1919/2010 – Montemor-o-Velho”, que consta como documento anexo à presente acta sob o número cinco. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

### **----- 6 – ESTÁGIOS NO ÂMBITO DA GEMINAÇÃO COM CERIZAY -----**

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento, no seguimento do pedido de três estágios no âmbito da geminação de Montemor-o-Velho com Cerizay, do seguinte: -----

----- 1 – O acordo de geminação foi assinado entre os dois Municípios, em Montemor-o-Velho, em Setembro de 1988. Naquela altura realizaram-se vários intercâmbios culturais, educativos e políticos.-----

----- 2 – Neste âmbito, já realizaram estágio em Montemor-o-Velho, 6 alunas do Instituto Rural de Bressuire, na área do turismo, em 2007 e 2008. Ambas as experiências foram muito gratificantes para as duas partes, tendo-se estreitado as relações entre os dois municípios. --

----- 3 – Foi novamente solicitada a realização de 3 estágios na área do turismo, entre 29 de Maio e 27 de Junho de 2010. Esta iniciativa enquadra-se no âmbito da geminação, tendo sido designados os técnicos Sandra Lopes, Carla Serrano e Flávio Imperial para a preparação dos planos de estágio e acompanhamento da sua realização.-----

----- Mais disse ainda que anexa à presente acta sob o número seis as convenções de estágio das três alunas do Institut Rural d'Education et d'Orientation de Bressuire.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

### **----- V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO -----**

----- Ausentou-se o Presidente da Câmara, tendo assumido a Presidência o Vereador Pedro Machado.-----

### **----- 1 – III TROFÉU INTERNACIONAL ALVES BARBOSA -----**

----- O Vereador Pedro Machado deu conhecimento de que já foi aprovado pela Federação Portuguesa de Ciclismo o calendário de ciclismo de estrada para a época 2010, onde consta o III Troféu Internacional Alves Barbosa para os dias 17, 18 e 19 de Setembro (documento anexo à presente acta sob o número sete).-----

----- Disse ainda que para esta prova, destinada a corredores da categoria de Cadetes, foram convidadas 18 equipas, portuguesas e espanholas. -----

----- Assim, propôs que a Câmara autorizasse a realização do III Troféu Internacional Alves Barbosa, bem como as despesas com a realização do evento no montante de 36.516,00€, de acordo com o documento anexo à presente acta sob o número oito.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Vereador Pedro Machado.-----

----- Voltou a tomar parte da reunião o Presidente da Câmara.-----

### **----- 2 – CENTRO DE RECREIO POPULAR DE FORMOSELHA -----**

### **----- - COMEMORAÇÕES 25 DE ABRIL DE 2010 -----**

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 100€ (cem euros) ao Centro de Recreio Popular de Formoselha para fazer face a despesas inerentes à realização das Comemorações do 25 de Abril de 2010. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **3 – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO SOLICITADO POR TELMO** -----

----- **JOÃO MENDES PINÃO, ATLETA PORTADOR DE DEFICIÊNCIA, ---**

----- **PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO**-----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de um requerimento apresentado pelo munícipe Telmo João Mendes Pinão, residente em Casais Velhos, freguesia de Pereira, no qual solicita a esta Câmara Municipal, um apoio financeiro para aquisição de uma bicicleta adaptada, como forma de apoio à sua prática desportiva, na modalidade de ciclismo.-----

----- Disse ainda que, de acordo com o documento anexo à presente acta sob o número nove, Telmo Pinão está inscrito na ANDDEMOT – Associação de Desporto Nacional para Deficientes Motores, como praticante desportivo, na modalidade de ciclismo. -----

----- Assim atendendo aos objectivos prosseguidos – apoio à prática desportiva por um munícipe portador de deficiência física e à sua inclusão social – e dado que esta situação enquadra-se na alínea b), do n.º 4, do art.º 64.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propôs a atribuição de um subsídio no valor de 2.415,00€ (IVA incluído), ao atleta Telmo João Mendes Pinão, para fazer face a despesas com a aquisição de uma bicicleta adaptada (documento anexo à presente acta sob o número dez).-----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista elogiam a iniciativa e, independentemente da promoção da deliberação, que tem quase a certeza que será de unanimidade, consideram que a Câmara Municipal está atenta e promove este tipo de atletas, que com o seu esforço e abnegação, conseguem vencer na vida, apesar dos infortúnios que tiveram no passado. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO** -----

----- **1 – ASSEMBLEIA DE DEUS DE MONTEMOR-O-VELHO**-----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos serviços, que a seguir se transcreve: -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- "Face ao requerimento nº 736, entrado nesta Câmara Municipal em 12-05-2010, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- O requerente veio solicitar licenciamento para publicidade sonora e licença especial de ruído, contudo não especifica o período para essa actividade, pelo que, deve o mesmo ser informado no sentido de esclarecer o período em causa. -----

----- O requerente veio ainda solicitar a isenção do pagamento das taxas de publicidade sonora e emissão de licença especial de ruído. -----

----- À semelhança de outros pedidos feitos, a esta Câmara Municipal, sou da opinião, salvo outra em contrário, que o referido processo pode ser deferido, devendo no entanto, o requerente ser alertado que deve cumprir o estipulado na legislação sobre ruído. -----

----- Quanto ao pedido de isenção de taxas, de acordo com nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, sugiro que, respeitando no entanto outra opinião, que a Assembleia de Deus de Montemor-o-Velho, pode ser isenta do pagamento das respectivas taxas, devendo no entanto fundamentar o interesse público dos actos que ora requer." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar o despacho proferido pelo senhor Presidente da Câmara, no qual autorizou a isenção de taxas nos termos propostos e concedeu a redução de 50% das taxas de utilização do Pavilhão Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

### **----- 2 – ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS -----**

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos Serviços que a seguir se transcreve: -----

----- "A Associação Nacional de Municípios Portugueses, através do ofício CIR:13/2010-JCAEIRO, enviado por e-mail no dia 19 de Janeiro 2010, veio convidar o Município de Montemor-o-Velho a aderir à rede de Autarquias Locais Europeias em prol da mitigação das alterações climáticas(Pacto de Autarcas). -----

----- O Pacto de Autarcas é uma iniciativa ambiciosa da Comissão Europeia que dá um papel preponderante às cidades pioneiras da Europa na atenuação das alterações climáticas através da implementação a nível local de políticas energéticas sustentáveis inteligentes, que criem postos de trabalho locais estáveis, aumentem a qualidade de vida dos cidadãos e resolvam problemas sociais cruciais. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- O compromisso formal dos signatários traduz-se em medidas e projectos concretos. As cidades signatárias aceitam apresentar relatórios e ser monitorizadas em relação à sua implementação dos Planos de Acção. Aceitam também o fim da sua adesão ao Pacto caso não cumpram as suas regras. -----

----- As cidades comprometem-se ainda a ceder recursos humanos suficientes para as várias tarefas, a mobilizar a sociedade das suas áreas geográficas para que participem na aplicação do plano de acção, inclusive na organização de jornadas locais dedicadas à energia, e a interagirem com outras cidades. -----

----- Os governos locais que assinaram o Pacto de Autarcas comprometem-se a submeter os seus Planos de Acção para as Energias Sustentáveis (PAES) num período de um ano a contar da sua adesão. -----

----- O Plano de Acção para as Energias Sustentáveis é um documento-chave que mostra como o governo local irá atingir a meta que se fixou em matéria de redução das emissões de CO2 até 2020. Dado que os compromissos do Pacto dizem respeito a toda a área geográfica da cidade/município, o PAES deverá incluir acções para ambos os sectores públicos e privados. -----

----- Em princípio, espera-se que a maioria dos PAES incluam acções nos seguintes sectores:-----

- • áreas construídas, inclusive novos edifícios e renovações importantes; -----
- • infra-estruturas municipais (aquecimento urbano, iluminação pública, redes inteligentes, etc.);-----
- • utilização do solo e planeamento urbano; -----
- • fontes de energias renováveis descentralizadas;-----
- • políticas de transporte público e privado e mobilidade urbana; -----
- • participação dos cidadãos e, em geral, da sociedade civil; -----
- • comportamento inteligente dos cidadãos, consumidores e empresas em termos energéticos. -----

----- Até à presente data, em Portugal, já aderiram ao Pacto dos Autarcas as seguintes cidades e município:-----

- 1 – Águeda-----
- 2 – Almada -----
- 3 – Aveiro-----
- 4 – Cascais -----
- 5 – Ferreira do Alentejo -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

----- 6 – Guarda -----

----- 7 – Lisboa-----

----- 8 – Moura -----

----- 9 – Oeiras -----

----- 10 – Ovar-----

----- 11 – Palmela -----

----- 12 - Ponta Delgada -----

----- 13 – Porto -----

----- 14 – Santo Amador-----

----- 15 – Vila Nova de Gaia-----

----- O procedimento para aderir à iniciativa é o seguinte: -----

----- 1. A iniciativa do Pacto de Autarcas é apresentada à Câmara Municipal ou ao órgão de tomada de decisões equivalente.-----

----- 2. A Câmara Municipal adopta formalmente o Pacto de Autarcas e mandata o autarca (ou outro representante equivalente da Câmara Municipal) para assinar o formulário de adesão (documento anexo à presente acta sob o número onze). -----

----- 3. A Câmara Municipal informa a Comissão da sua decisão enviando uma mensagem para a caixa de correio electrónico do secretariado do Pacto de Autarcas. -----

----- 4. A Câmara Municipal recebe uma confirmação por e-mail com informações sobre os próximos passos.”-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade subscrever o pacto de Autarcas, dando plenos poderes ao Presidente da Câmara para representar a Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

----- Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do número cinco do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- Verificou-se a inexistência de público. -----

### **ENCERRAMENTO-----**

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas doze horas, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

***Reunião ordinária de 2010 de Maio 24***

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

**A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,**

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.<sup>a</sup>